



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 0024/12, DE 19 DE MARÇO DE 2012.

Acrescenta objetivo no inciso II, parágrafo único do art. 1º da Lei Municipal nº 3.497, de 28.10.09 e no anexo III, do art. 4º da Lei Municipal nº 3.827, de 18.12. 2011.

Art.1º Acrescenta nos Órgãos: 10 – Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social; Unidade orçamentária 03 – Fundo Municipal de Assistência Social; Função 08 – Assistência Social; do Inciso II, parágrafo único do art. 1º da Lei Municipal nº 3.497, de 28.10.2009 – Plano Plurianual de 2010/2013, o seguinte objetivo:

Programas e Objetivos		2012	2013
Programa	Proteção Social Básica - Equipe Volante CRAS		
Objetivo	...prestar serviço de proteção social básica no território de abrangência do CRAS	R\$ 54.000,00	R\$ 57.000,00

Art.2º Acrescenta nos Órgãos: 10 – Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social; Unidade orçamentária 03 – Fundo Municipal de Assistência Social; Função 08 – Assistência Social; no anexo III, do art. 4º da Lei Municipal 3.827, de 18.12.2011 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012, o seguinte objetivo:

Programas e Objetivos		2012	2013
Programa	Proteção Social Básica - Equipe Volante CRAS		
Objetivo	...prestar serviço de proteção social básica no território de abrangência do CRAS	R\$ 54.000,00	R\$ 57.000,00

Art. 3º As demais disposições continuam vigendo de acordo com suas redações originais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 19 DE MARÇO DE 2012.

Gil Marques Filho
Prefeito

PREFEITURA DE
ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 0024/12, DE 19 DE MARÇO DE 2012.

JUSTIFICATIVA

Estamos encaminhando, para apreciação e decisão dessa Câmara de Vereadores, o anexo Projeto de Lei nº 0024/12, de 19.03.12, que pretende colher a indispensável autorização legislativa para alterar as Leis Municipais nº 3497/2009 e 3827/2011, para acrescentar ao anexo II e anexo III das respectivas Leis, o referido projeto será para atendimento a famílias que vivem em locais de difícil acesso e ou estão dispersas no território mas, já são referenciadas ao CRAS.

São estas as razões que justificam o encaminhamento do Projeto de Lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 19 DE MARÇO DE 2012.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito